



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**N.º 09**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA**

**EM 13 DE ABRIL DE 2016**

# ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA .....	3
B. ORDEM DO DIA .....	8
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	8
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES .....	8
3. APROVAÇÃO DE ATAS .....	9
3.1 Reunião ordinária realizada em 16 de março de 2016.....	9
3.2 Reunião ordinária realizada em 30 de março de 2016.....	9
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	9
4.1 Prestação de Contas de 2015 e Relatório de Gestão de 2015 .....	9
4.2 Isenção do pagamento de taxas – Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril .....	12
4.3 Normas para Concurso de “Bandas Amadoras do Concelho de Alcochete” .....	13
4.4 Isenção de tarifa de resíduos sólidos urbanos (RSU) – ano 2016 – <i>Freeport Leisure Portugal, SA</i> .....	14
5. APOIOS FINANCEIROS .....	16
6. INFORMAÇÕES .....	17
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE .....	18
ENCERRAMENTO .....	18

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

## **A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto o período de antes da Ordem do Dia, a senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio deu conhecimento de uma moção da Associação de Mulheres com Patologia Mamária (**Doc. 1.**)

O senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro informou sobre:

- Implementação de novo sistema para faturação do consumo de água;
- Distribuição de lucros na AMARSUL;
- Reversão da SIMARSUL.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto solicitou esclarecimento sobre a demolição de um prédio sito no largo de S. João, em Alcochete, questionando se existe algum Plano de Pormenor que permita a construção de 4 pisos naquele local.

O senhor presidente da Câmara informou que o projeto está de acordo com o PDM, dado que a cércea do edifício em construção é semelhante à dos edifícios adjacentes.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres complementou, dizendo que a Câmara ficou em arquivo com dois exemplares dos azulejos da fachada do edifício demolido bem como com fotografias da mesma.

De seguida, apresentou o seguinte:

«Moção – “Em torno do Orçamento do Estado para 2016”.

O Orçamento do Estado para 2016 constitui um passo importante num processo longo, repleto de dificuldades, ao longo do qual, particularmente nos últimos quatro anos, o Poder Local Democrático, os seus trabalhadores e organizações profissionais, souberam construir os caminhos, as alternativas e as respostas necessárias ao ataque lançado contra o Portugal de Abril, as suas conquistas e alicerces.

Antes dele, em 4 de outubro de 2015, um outro passo de grande importância tinha já sido dado, com o derrube do governo PSD/CDS e a demonstração clara que em Democracia não existem inevitabilidades, caminhos únicos, destinos pré-concebidos.

Em Democracia, como os Portugueses bem demonstraram nesse dia e no ato eleitoral que o antecedeu, é no debate, na troca de ideias, na ponderação de interesses, aspirações e vontades que determina o caminho e o futuro.

A entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2016 – a sua aprovação, promulgação e publicação – refletem isso mesmo.

Elas demonstram, apesar das limitações que o Orçamento comporta, a existência de caminhos alternativos, a possibilidade de soluções novas, a atualidade, a necessidade e a possibilidade efetiva de um Portugal de Abril, de sentido reforçado no ano em que a Constituição da República Portuguesa celebra o seu 40º aniversário.

Entre outras medidas, o Orçamento do Estado para 2016 comporta normas importantes no que toca ao desagravamento fiscal sobre os trabalhadores, à redução da sobretaxa, à devolução de salários cortados, ao combate à

precariedade na Administração Pública ou à redução das restrições à contratação na Administração Pública, em particular na Administração Local.

Mas também, desde logo nas áreas sociais, como o descongelamento das pensões, o aumento ou majoração de prestações sociais, o rendimento social de inserção, o complemento solidário para idosos ou o subsídio por assistência de terceira pessoa.

Sendo também identificáveis medidas positivas em matéria fiscal, como a redução do IVA na restauração para 13%, a reintrodução da cláusula de salvaguarda no IMI, o aumento da contribuição do setor bancário ou fim da isenção parcial de IMI para fundos imobiliários, a que se associam, por exemplo, medidas na área da saúde, como a redução de taxas moderadoras ou a possibilidade de contratação de mais médicos.

Por tudo isto, o Orçamento do Estado para 2016 é diferente. É, naturalmente, um Orçamento do Estado melhor. Percebemos que o seu grande potencial, aquilo que efetivamente o torna diferente, mais que as medidas que comporta, são as possibilidades que o mesmo abre.

Pelo que os eleitos da Câmara Municipal de Alcochete, reunidos no dia 13 de Abril de 2016, afirmam a sua vontade de:

- Interromper e contrariar a ofensiva contra o Portugal de Abril;
- Concretizar medidas indispensáveis à afirmação de um país mais desenvolvido, justo, fraterno e solidário;
- Afirmar a autonomia política, administrativa e financeira do Poder Local Democrático.

Esta moção, a ser aprovada, deverá ser enviada para:

- Presidente da Assembleia da República;
- Primeiro-ministro;
- Grupos Parlamentares;

- Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- Presidente da Assembleia Municipal de Alcochete;
- Presidentes das Juntas de Freguesia de Alcochete, Samouco e S. Francisco;
- Presidentes das Assembleias de Freguesia de Alcochete, Samouco e S. Francisco;
- Área Metropolitana de Lisboa;
- Associação dos Municípios da Região de Setúbal;
- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (STAL);
- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP);
- Órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais.»

Submetida à discussão, a senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres afirmou que o Orçamento de Estado é melhor que os anteriores e abre expectativas a todos na sua vida pessoal e nos assuntos do país.

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento teceu comentários afirmando que esta moção reflete a má gestão do anterior governo, contudo também entende que o atual já deveria ter repostado a situação.

Em relação à nova faturação do consumo de água, congratulou-se com a mudança, dado entender que eram de difícil leitura, esperando assim que as próximas sejam mais legíveis.

Mais disse que, na sua opinião, a AMARSUL não está a prestar um serviço condigno às populações, dada a falta de periodicidade na recolha, lembrando contudo, que esta situação fica agravada com a falta de civismo de alguns municípios.

Afirmou que, em nome do PS, concorda com a moção dado que, na verdade, algo se vai restabelecendo na vida das pessoas e do país.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto informou não poder estar mais em desacordo com a moção apresentada, não só pela sua forma, mas essencialmente pelo seu conteúdo, porque que lê a moção apresentada pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres fica com a sensação que o fim da austeridade muitas vezes propagado por alguns partidos, finalmente chegou, mas isto não é verdade; não só a austeridade não acabou, como não vai acabar tão cedo, devido á situação económica do país e aos compromissos assumidos internacionalmente.

É notório que se verificam melhorias, mas estas devem-se essencialmente à reação da economia, a medidas tomadas pelo anterior Governo e aos sacrifícios que foram pedidos aos portugueses.

Foi com expectativa que viu crescer esta “aurora” de maioria de esquerda no Parlamento e o anunciado fim da austeridade, mas analisando o relatório feito pela UTAO à proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2016, fico com a impressão que afinal de contas o fim da austeridade não se verifica. Segundo os técnicos da UTAO, ajustando a carga fiscal de medidas não recorrentes, esta caiu de 34,4% do PIB em 2015 para 34,2% do PIB em 2016, ou seja, uma redução de duas décimas, dando como exemplo que o peso dos impostos indiretos aumenta de 14,4% para 14,9% do PIB. É este o fim da austeridade? Questionou, afirmando que não lhe parece que seja.

Recordou que mesmo assim, a carga fiscal fica acima do nível de 2014.

O senhor presidente da Câmara referiu que o senhor vereador Vasco André Marques Pinto se deteve em três questões, contudo poderia ter focado outras, entre elas, as questões relacionadas com o trabalho e com a valorização dos trabalhadores na Administração Pública, lembrando tudo o que a Câmara tem desenvolvido nesta matéria, bem como o que se relaciona com os seniores, não concordando assim com o senhor vereador. Nos últimos anos o país teve um 1.º Ministro que verbalizou que iria ser mais “papista que o Papa”, que quedou e ajoelhou ao poder da Alemanha; hoje tem um Governo cujo 1.º Ministro em conjunto com o da Grécia fizeram algo que embora possa parecer inócuo, é

contudo diferente – é uma lufada de ar fresco e uma centelha de esperança! A “geringonça” vai cumprindo a sua missão e trilhando o seu caminho na defesa de todos ao que mais necessitam.

Na sua opinião, obviamente as políticas fiscais devem ser melhoradas e existe por parte do Governo uma intenção válida de proceder a alterações que irão beneficiar as pessoas, as famílias e os municípios dado a Lei do Orçamento de Estado já prever um aumento mínimo de 1,2% na participação dos municípios nos impostos do Estado.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres salientou que o importante é a forma como se enfrentam os problemas, entendendo que o Governo já fez mudanças no sentido de melhorar a vida das pessoas.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 1 voto contra do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e CDU.

## **B. ORDEM DO DIA**

### **1. Resumo diário da tesouraria**

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €618.347,62 (seiscentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e sete euros e sessenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **2. Pagamentos autorizados entre reuniões**

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que entre os dias 30.03.2016 e 12.04.2016, autorizou o pagamento da despesa no montante total de €315.234,05 (trezentos e quinze mil, duzentos e trinta e quatro



euros e cinco cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1007 ao n.º 1173.

A Câmara tomou conhecimento.

### **3. Aprovação de atas**

#### **3.1 Reunião ordinária realizada em 16 de março de 2016**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 16 de março de 2016, por unanimidade.

#### **3.2 Reunião ordinária realizada em 30 de março de 2016**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 30 de março de 2016, por unanimidade.

### **4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:**

#### **4.1 Prestação de Contas de 2015 e Relatório de Gestão de 2015**

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do Ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pelo artigo 104.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2015 e Relatório de Gestão de 2015. Os documentos atrás referidos encontram-se integralmente elaborados, em conformidade com o Anexo I, da Resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto do Tribunal de Contas – “Instruções Para Organização e Documentação das Contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas Abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)”, alterada pela Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro e da Resolução n.º

44/2015, de 25 de novembro e acompanhados pela respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo e deliberativo para conhecimento, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Junto se anexa a informação n.º 3/2016 da Divisão de Administração e Gestão de Recursos, nos termos do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2015, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do anexo à Resolução n.º 44/2015, de 25 de novembro, que se junta.
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2015, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do anexo à Resolução n.º 44/2015, de 25 de novembro que se junta.
3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2015” e “Relatório de Gestão de 2015” à Assembleia Municipal para deliberação, conforme a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetido à discussão, o senhor presidente da Câmara afirmou estarem perante um Relatório de Gestão que é, globalmente, muito positivo. Verificou-se que houve um acréscimo de receita, embora já expectável, quer pelas deliberações da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, que assumiram dever manter-se uma política de contenção no que diz respeito à assunção de novos compromissos financeiros.

Mais teceu comentários relativamente ao aumento de receita proveniente do IMI, bem como ao comportamento, muito positivo, do ponto de vista da Derrama.

Explicou também que o acréscimo das despesas com pessoal está totalmente influenciado pelo pagamento de dívida antiga à ADSE, mencionando que a despesa referente ao corrente ano diminuiu cerca de 290 mil euros, face ao ano anterior.

Concluindo, o senhor presidente afirmou que se está perante um excelente exercício; hoje, respira-se de forma mais saudável, do ponto de vista financeiro, na Câmara Municipal. É um exercício que nos deve motivar para continuarmos racionais, não perdendo, no futuro, algumas oportunidades que poderão surgir, em termos de investimento.

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento disse que, quanto ao Relatório de Gestão, comparativamente a 2014, há uma parcimónia, relativamente às despesas, para não resvalar. Houve procura de equilíbrio, não havendo por isso investimentos.

Disse, ainda, que o aumento de pessoal se deve ao pagamento à ADSE, que estava em atraso, e não à entrada de novos funcionários.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto referiu que o documento que o senhor presidente da câmara nos trás hoje aqui para discussão e votação, é na linha de continuidade dos últimos anos e que traduz as dificuldades financeiras da Câmara Municipal. Verifica-se, como nota positiva, a redução global da dívida e como nota negativa, a incapacidade de investimento por parte da Câmara de forma a gerar mais-valias para o desenvolvimento do concelho de Alcochete.

Os resultados demonstram de orçamento em orçamento, que a principal fonte de receita para o município têm sido os impostos diretos, que têm vindo a aumentar de ano para ano penalizando assim o cidadão.

No total, e olhando para os impostos diretos, mais de metade com quase 61% está o IMI como principal fonte de receita dos impostos diretos, seguindo-se o Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de imóveis com 24,94% de fatia de imposto, e a Derrama com 8,04%, seguindo-se os restantes repartidos entre Imposto Único de Circulação, Imposto de Sisa, e Contribuição Autárquica.

Tendo em consideração que Alcochete é um concelho que tem tudo para ser um dos concelhos com maior oportunidade de criação de riqueza da grande região de Lisboa e Vale do Tejo, estando o mesmo a poucos minutos da capital, tendo património histórico e imaterial, tradições bem enraizadas, potencialidade para o turismo, uma paisagem ímpar e gente que adora a sua terra, o senhor vereador considera que quando se tem menos tem de se escolher melhor e adaptar as suas escolhas, quer às necessidades das populações, quer à realidade financeira de cada autarquia.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres salientou que quando se fala em rigor e contenção torna-se necessário não esquecer que há despesas que têm mesmo de ser feitas.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 2 abstenção do PS e do CDS-PP e 5 votos a favor da CDU, bem como anexar a referida informação n.º 3/2016 da Divisão de Administração e Gestão de Recursos como **Doc. 2**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

#### **4.2 Isenção do pagamento de taxas – Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril**

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«Solicita-nos a Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril, a isenção do pagamento da taxa da licença de ocupação da via pública e do licenciamento do exercício de atividade de realização de espetáculos e divertimentos públicos, no contexto das comemorações dos 42 anos do 25 de Abril e 1.º de Maio, a realizar no bairro 25 de Abril, em Alcochete, nos dias 22, 23, 24 e 25 de abril.

Esta iniciativa, que integra atividades culturais e desportivas, conta habitualmente com um elevado número de participantes e é de reconhecido interesse municipal, assumindo-se já como uma referência no âmbito das comemorações em apreço.

Assim, nos termos do n.º 2, alíneas a) e b) do artigo 9.º do Regulamento das Taxas Municipais propõe-se à digníssima Câmara, que delibere no sentido de isentar a Associação Cultural e Desportiva da Comissão de Moradores do Bairro 25 de Abril do pagamento da taxa no valor de €2.243.49 (dois mil duzentos e quarenta e três euros e quarenta e nove cêntimos), com efeitos à data de 22 de abril de 2016.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

#### **4.3 Normas para Concurso de “Bandas Amadoras do Concelho de Alcochete”**

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«O Setor de Juventude e Movimento Associativo pretende realizar, no dia 13 de maio de 2016, o Concurso de Bandas Amadoras do Concelho de Alcochete. Este concurso visa promover a criação artística sob a forma de música e destacar o trabalho musical desenvolvido por jovens bandas amadoras, em que os seus membros habitam ou estudam no Concelho de Alcochete. O concurso visa ainda despertar a consciência dos jovens para os projetos musicais que existem no concelho.

Além disso, este concurso pretende encontrar a Banda vencedora que irá representar o Concelho de Alcochete no Festival Liberdade, que se realiza nos dias 10 e 11 de junho, no Barreiro.

Posto isto, propõem-se que a digníssima Câmara delibere no sentido da aprovação das normas de participação no Concurso de Bandas Amadoras de Alcochete (anexo).»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar as referidas Normas como **Doc. 3**.

#### **4.4 Isenção de tarifa de resíduos sólidos urbanos (RSU) – ano 2016 – Freeport Leisure Portugal, SA**

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

Na sequência do pedido datado de 17 de março de 2016, vem o *Freeport Leisure Portugal, SA*, solicitar a isenção da tarifa de resíduos sólidos urbanos, durante o ano civil de 2016, sendo o mesmo submetido a análise, com base no enquadramento legal em vigor.

Para esse efeito, o *Freeport Leisure Portugal, SA*, apresentou uma Declaração da Prestação de Serviços de Recolha e Gestão de Resíduos pela EGEO – Tecnologia e Ambiente, SA.

O Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Alcochete, aprovado por deliberação de Câmara e da Assembleia de 11 e 27 de abril de 2012, respetivamente, regula esta matéria no seu artigo 36º, a saber:

Artigo 36.º - Responsabilidade dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de Grandes Produtores:

1. A deposição, recolha, transporte, armazenamento, valorização ou recuperação, eliminação dos RSU de grandes produtores são da exclusiva responsabilidade dos seus produtores;

2. Não obstante a responsabilidade prevista no número anterior a Entidade Gestora (EG) pode realizar protocolos para a realização da sua recolha e transporte.

O empreendimento comercial *Freeport Leisure Portugal, SA*, integra-se naquilo que caracteriza os grandes produtores de RSU, conforme resulta da leitura conjugada dos artigos 36.º e 37.º do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Alcochete, uma vez que tem uma produção diária de resíduos, superior a 1100 litros, sendo, por conseguinte, da sua responsabilidade a gestão dos resíduos que produz. Responsabilidade, essa, transferida para uma entidade licenciada – EGEO – Tecnologia e Ambiente, SA, até 31 de dezembro de 2016, nos termos igualmente enunciados no Decreto-lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

Convém ainda salientar a inexistência de qualquer acordo e/ou vínculo contratual que tenha sido celebrado entre o *Freeport Leisure Portugal, SA*, e esta autarquia para efeitos de recolha dos resíduos produzidos.

Tendo presente que as tarifas constituem o preço que os utilizadores de um serviço público pagam pela prestação do mesmo e que por sua vez é um preço público pago como retorno de um serviço público prestado, haverá que considerar que na ausência da referida prestação por via da faculdade conferida pelo supracitado Regulamento Municipal e Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho, não haverá como nem porquê cobrar qualquer tarifa.

Tendo em conta o acima exposto, entendemos que se encontram reunidas as condições necessárias para que o pedido de isenção proceda, concretamente:

1. Uma produção diária de mais de 1100 litros de Resíduos Sólidos Urbanos;

2. A inexistência de qualquer vínculo entre o *Freeport Leisure Portugal, SA*, e a Câmara Municipal de Alcochete para efeitos de recolha de resíduos que aquele produz;
3. E sendo a gestão desses mesmos resíduos efetuada por uma entidade licenciada - contratada pelo produtor, *Freeport Leisure Portugal, SA*, como é o caso da EGEO – Tecnologia e Ambiente, SA, somos de entender que está o executivo camarário em condições de aprovar o pedido de isenção do pagamento da respetiva tarifa ao *Freeport Leisure Portugal SA*, o ano civil de 2016.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

## **5. Apoios financeiros**

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foram apresentadas as seguintes propostas:

### **1 – Apoio financeiro ao Grupo Desportivo da Fonte da Senhora**

«Conforme a informação técnica, com o n.º 16 MAC, de 7 de abril, prestada pelo Setor de Cultura da Divisão de Intervenção Social (DIS-SC), propõe-se a atribuição de um apoio financeiro, no valor de €75,00 (setenta e cinco euros), ao Grupo Desportivo da Fonte da Senhora, no âmbito da organização do Encontro de Folclore Concelhio e da VI Edição das Noivas em Abril, catividades que se realizam por ocasião das comemorações do 42.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e 1.º de Maio – Dia do Trabalhador.

Submete-se a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.



## **2 – Apoio financeiro ao Rancho Folclórico “Os Camponeses” de S. Francisco**

«Conforme a informação técnica, com o n.º 17 MAC, de 7 de abril, prestada pelo Setor de Cultura da Divisão de Intervenção Social (DIS-SC), propõe-se a atribuição de um apoio financeiro, no valor de €75,00 (setenta e cinco euros), ao Rancho Folclórico “Os Camponeses” de S. Francisco, no âmbito da organização do Encontro de Grupos Corais e Tocatas de Ranchos Folclóricos, catividades que se realizam por ocasião das comemorações do 42.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e 1.º de Maio – Dia do Trabalhador.

Submete-se a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

## **6. Informações**

**Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi prestada a seguinte informação:**

### **– Férias da Páscoa 2016 – CAF e Complemento de Horário**

«No âmbito do serviço da componente de apoio à família a Câmara Municipal de Alcochete dinamizou as férias da Páscoa contando com a presença de 45 crianças. O programa decorreu de 21 de março a 1 de abril de 2016 no CESF e na escola da Restauração entre as 07:30 horas e as 19:00 horas.

Este programa contou com vários tipos de atividades lúdico-pedagógicas desde visitas guiadas: aos bombeiros, ao Fórum Cultural de Alcochete, ao Núcleo de Arte Sacra do Museu Municipal de Alcochete, a ateliês de teatro, *hip-pop*, *karaté*, culinária, padaria, profissões, caça ao ovo e atividades ambientais e aquáticas no

Sítio das Hortas e piscinas municipais. Os transportes foram assegurados pela Câmara Municipal de Alcochete.

Nos dias 29, 30, 31 e 1 de abril as crianças do CESF juntaram-se às da escola da Restauração, Monte-Novo e Valbom onde realizaram atividades em conjunto.

A avaliação global por parte das crianças foi bastante positiva, permitindo este programa o conhecimento dos serviços da comunidade bem como a exploração de atividades desportivas e o enriquecimento das relações interpessoais.»

A Câmara tomou conhecimento.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Não se registaram quaisquer intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:40 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.